



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE CANANÉIA

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

012. PROVA OBJETIVA

CONTROLADOR INTERNO DO MUNICÍPIO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a tira para responder às questões de números 01 a 03.



(Bob Thaves, "Frank & Ernest". <https://cultura.estadao.com.br>. 12.11.2019)

01. De acordo com o ponto de vista do personagem, é correto concluir que

- (A) a veiculação de informações pessoais hoje continua sendo indesejada tal como acontecia antigamente.
- (B) o poder de exposição do mundo contemporâneo reitera o desejo de se alcançar reconhecimento popular.
- (C) a alta exposição online das informações pessoais hoje em dia fomenta o desejo de manter-se distante dela.
- (D) a indiscrição com a exposição de informações pessoais se acentuou hoje graças às redes sociais.
- (E) o anonimato continua sendo um critério de organização da vida pessoal, como era antigamente.

02. Na passagem "**com** a exposição online das informações pessoais", a preposição destacada forma uma expressão cujo sentido é de

- (A) comparação, equivalendo, em norma-padrão, a "como as informações pessoais são expostas online".
- (B) causa, equivalendo, em norma-padrão, a "devido à exposição online das informações pessoais".
- (C) consequência, equivalendo, em norma-padrão, a "à partir da exposição online das informações pessoais".
- (D) modo, equivalendo, em norma-padrão, a "sob à exposição online das informações pessoais".
- (E) conclusão, equivalendo, em norma-padrão, a "da forma como as informações pessoais são expostas online".

03. Antigamente, eu desejava que todo mundo _____ meu nome e _____ quem eu _____.

Em conformidade com a norma-padrão, a correlação dos tempos verbais está garantida com o preenchimento das lacunas, respectivamente, com as formas:

- (A) conhecia ... sabia ... fora
- (B) conhecera ... soubera ... serei
- (C) conheceu ... soube ... seria
- (D) conhece ... sabe ... sou
- (E) conhecesse ... soubesse ... era

Leia o texto para responder às questões de números **04 a 10**.

Custosa Mobilidade

O tráfego intenso e os longos deslocamentos necessários em diversas cidades brasileiras tomam, além de tempo, cada vez mais recursos dos usuários e da sociedade.

Estudo da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP) estimou os custos socioeconômicos da mobilidade urbana em nada menos de R\$ 483,3 bilhões anuais, como mostrou o 3º Seminário de Mobilidade e Inovação organizado por esta *Folha*. O valor é 7% maior que o do levantamento anterior.

No plano individual, o ônus do transporte vem aumentando. Além de custar mais e beneficiar uma parcela menor da população, o transporte individual consome quase o dobro de energia e polui duas vezes mais que o público.

Para evitar o agravamento de uma situação já dramática, governantes, em particular os das metrópoles, devem promover políticas de desincentivo ao uso de carros.

Uma alternativa é a criação de pedágios urbanos, a restringir a circulação de veículos em determinadas áreas, como já se fez em cidades como Singapura, Estocolmo, Milão e Londres. Nova York entrará nesse rol até o fim de 2020.

Com os recursos angariados pela cobrança, municípios poderiam investir mais em seus sistemas de transporte público – opção para aqueles que não desejam tirar seus automóveis da garagem.

Ações do gênero, reconheça-se, são politicamente difíceis, sobretudo num país que historicamente privilegiou o transporte individual.

Não se trata, contudo, de dificuldade intransponível. Pesquisa recente do Instituto Ipsos mostrou que 30% dos paulistanos proprietários de carro aceitariam abrir mão do veículo em favor de outro meio de transporte. Há boa margem, pois, para o avanço dessa agenda.

(Editorial. *Folha de S.Paulo*, 08.11.2019. Adaptado)

04. O texto argumenta favoravelmente à

- (A) proibição do transporte individual, substituído plenamente pelo coletivo.
- (B) mobilidade urbana, com o incentivo aos transportes individual e coletivo.
- (C) criação de pedágios urbanos, com o incremento do transporte individual.
- (D) limitação do transporte individual, mais poluente e mais custoso ao país.
- (E) economia no setor de transporte, com pedágios e menor investimento.

05. O último parágrafo do texto autoriza afirmar que

- (A) os dados da pesquisa do Instituto Ipsos confirmam que a questão do transporte público paulistano parece de uma dificuldade intransponível.
- (B) a população do Estado de São Paulo, em sua grande maioria, aceita deixar o carro em casa para que o transporte público seja modernizado.
- (C) a questão do transporte público na cidade de São Paulo pode sofrer uma transformação positiva, ainda que exista dificuldade para isso.
- (D) o avanço de uma agenda a favor de melhoria no transporte público no Estado de São Paulo sofre pressão contrária de 30% dos paulistanos.
- (E) os paulistanos estão dispostos a deixar o carro na garagem desde que a ideia de cobrança de pedágios seja posta de lado por definitivo.

06. Nos trechos “o **ônus** do transporte vem aumentando” (3º parágrafo), “Nova York entrará nesse **rol** até o fim de 2020” (5º parágrafo) e “Há boa margem, pois, para o avanço dessa **agenda**” (8º parágrafo), os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- (A) encargo; lista; tema.
- (B) custo; categoria; lei.
- (C) criação; relação; projeto.
- (D) preço; projeto; programa.
- (E) sistema; grupo; compromisso.

07. Considere as passagens do texto:

- Estudo da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP) estimou os custos socioeconômicos da mobilidade urbana em nada menos de R\$ 483,3 bilhões anuais, **como** mostrou o 3º Seminário de Mobilidade e Inovação organizado por esta *Folha*. (2º parágrafo);
- Não se trata, **contudo**, de dificuldade intransponível. Pesquisa recente do Instituto Ipsos mostrou que 30% dos paulistanos proprietários de carro aceitariam abrir mão do veículo em favor de outro meio de transporte. Há boa margem, **pois**, para o avanço dessa agenda. (8º parágrafo).

Os sentidos que as conjunções destacadas exprimem e as conjunções que poderiam substituí-las nas passagens são, correta e respectivamente:

- (A) causa; consequência; conclusão / já que; tanto que; assim.
- (B) comparação; conclusão; explicação / tal qual; portanto; então.
- (C) comparação; concessão; explicação / assim como; mesmo; porque.
- (D) conformidade; adversidade; conclusão / conforme; porém, portanto.
- (E) conformidade; explicação; adversidade / segundo; por isso; entretanto.

08. Sem prejuízo ao sentido original e em conformidade com a norma-padrão, as informações do 7º parágrafo – Ações do gênero, reconheça-se, são politicamente difíceis, sobretudo num país que historicamente privilegiou o transporte individual. – estão corretamente reescritas em:

- (A) Reconheça-se, que ações do gênero, são politicamente difíceis, sobretudo num país que historicamente privilegiou o transporte individual.
- (B) Sobretudo num país que historicamente privilegiou o transporte individual, reconheça-se que ações do gênero são politicamente difíceis.
- (C) Sobretudo num país que historicamente privilegiou o transporte individual reconheça-se de que ações do gênero são politicamente difíceis.
- (D) Reconheça-se de que ações do gênero são politicamente difíceis, sobretudo num país que historicamente privilegiou o transporte individual.
- (E) Reconheça-se que, sobretudo num país que historicamente privilegiou o transporte individual, ações do gênero, são politicamente difíceis.

09. Uma alternativa _____ essa situação já dramática é a criação de pedágios urbanos, com _____ restrição _____ circulação de veículos em determinadas áreas, como já se fez em cidades como Singapura, Estocolmo, Milão e Londres. Nova York chegará _____ rol até o fim de 2020.

De acordo com a norma-padrão, as lacunas do enunciado devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) a ... a ... à ... a esse
- (B) à ... a ... à ... nesse
- (C) a ... a ... a ... à esse
- (D) à ... à ... à ... a esse
- (E) a ... à ... a ... nesse

10. Há expressão em linguagem figurada no trecho:

- (A) ... o transporte individual consome quase o dobro de energia e polui duas vezes mais que o público. (3º parágrafo)
- (B) Uma alternativa é a criação de pedágios urbanos, a restringir a circulação de veículos em determinadas áreas, como já se fez em cidades... (5º parágrafo)
- (C) Com os recursos angariados pela cobrança, municípios poderiam investir mais em seus sistemas de transporte público... (6º parágrafo)
- (D) Ações do gênero, reconheça-se, são politicamente difíceis, sobretudo num país que historicamente privilegiou o transporte individual. (7º parágrafo)
- (E) ... 30% dos paulistanos proprietários de carro aceitariam abrir mão do veículo em favor de outro meio de transporte. (8º parágrafo)

11. Mauro comprou um carro. Deu $\frac{1}{3}$ do valor total como en-

trada e financiou $\frac{3}{4}$ do valor restante. A quantia que falta

para completar o valor total será paga em uma única parcela, após o término do financiamento. O valor dessa parcela final corresponde, do valor total do carro, a

- (A) $\frac{1}{8}$
- (B) $\frac{1}{6}$
- (C) $\frac{1}{5}$
- (D) $\frac{1}{4}$
- (E) $\frac{1}{3}$

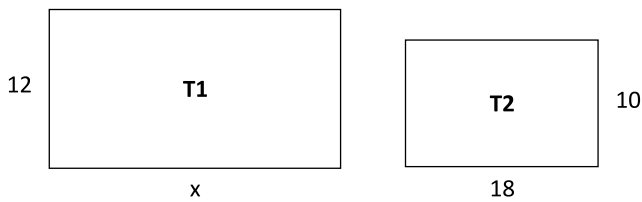
12. Em determinado dia, um fabricante entregou 1 100 caixas de certo produto, que foram totalmente repartidas entre 3 clientes distintos, A, B e C. Sabe-se que o cliente B recebeu 100 caixas a mais que o cliente A, e que este, por sua vez, recebeu a metade do número de caixas recebidas pelo cliente C. A diferença entre os números de caixas recebidas pelo cliente C e pelo cliente B é igual a

- (A) 300.
- (B) 250.
- (C) 200.
- (D) 150.
- (E) 100.

13. Em uma empresa, 6 máquinas iguais, de mesmo rendimento, trabalhando de forma simultânea e sem interrupções, produzem 540 unidades de certa peça a cada três horas. Para passar a produzir 600 unidades da mesma peça a cada 2 horas, nas mesmas condições operacionais, essa empresa precisará adquirir, das mesmas máquinas, mais

- (A) 4 unidades.
- (B) 5 unidades.
- (C) 6 unidades.
- (D) 7 unidades.
- (E) 8 unidades.

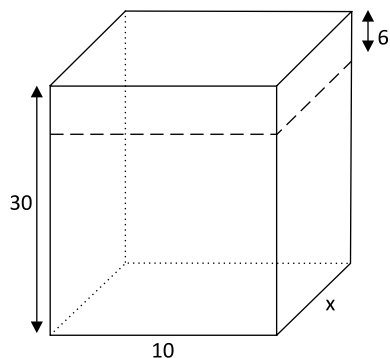
14. Na lata de certa tinta, há a seguinte instrução: “Diluição: usar 80 mL de água para cada 1 200 mL de tinta.” Felipe separou 1 200 mL dessa tinta e, por descuido, adicionou 110 mL de água. Para que a tinta preparada tenha a concentração recomendada pelo fabricante, Felipe precisará adicionar à mistura uma quantidade de tinta igual a
- (A) 0,35 litro.
(B) 0,40 litro.
(C) 0,45 litro.
(D) 0,50 litro.
(E) 0,55 litro.
15. Considere os terrenos retangulares T1 e T2, ilustrados a seguir, com dimensões indicadas em metros.



Sabendo-se que, na divisão do perímetro do terreno T1 pelo perímetro do terreno T2, o quociente é 1,5 e o resto é zero, a área do terreno T1 é igual a

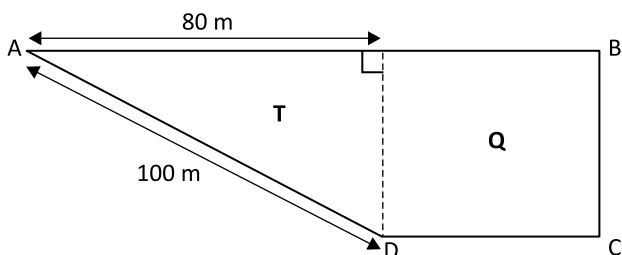
- (A) 280 m².
(B) 336 m².
(C) 360 m².
(D) 384 m².
(E) 408 m².
16. Os preços dos produtos P e Q, em reais, eram representados por x e $0,8x$, respectivamente. Sabe-se que ambos os preços tiveram um aumento de 25%, e a soma dos dois preços, após o aumento, ficou igual a R\$ 270,00. Desse modo, é correto afirmar que o preço do produto P, antes do aumento, era igual a
- (A) R\$ 150,00.
(B) R\$ 145,00.
(C) R\$ 140,00.
(D) R\$ 125,00.
(E) R\$ 120,00.

17. A altura original de um bloco retangular de madeira, que era igual a 30 cm, teve que ser reduzida em 6 cm, conforme mostra a figura, com dimensões indicadas em centímetros.



Sabe-se que a redução na medida da altura reduziu o volume original em 900 cm^3 . Desse modo, o volume do bloco passou a ser de

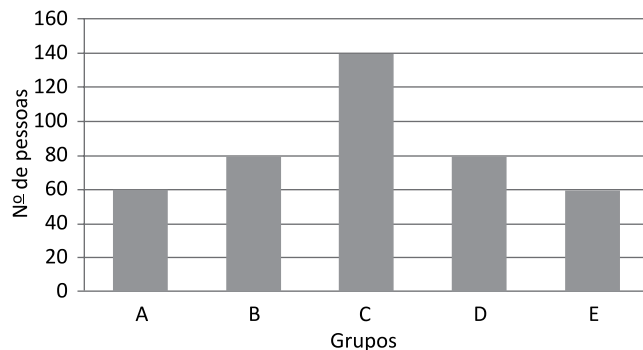
- (A) 4500 cm^3 .
 (B) 4200 cm^3 .
 (C) 3800 cm^3 .
 (D) 3600 cm^3 .
 (E) 3200 cm^3 .
18. Uma praça ABCD é composta por uma região quadrada Q e uma região com a forma de um triângulo retângulo T, conforme mostra a figura.



A área total dessa praça é de

- (A) 8400 m^2 .
 (B) 6000 m^2 .
 (C) 4800 m^2 .
 (D) 4600 m^2 .
 (E) 3600 m^2 .
19. Os tempos gastos para a execução dos trabalhos A e B, juntos, somaram 4 horas e 24 minutos, sendo que a execução do trabalho B durou 26 minutos a mais que a do trabalho A. Se a execução do trabalho B teve início às 8 horas e 12 minutos, então ela foi concluída às
- (A) 9 horas e 36 minutos.
 (B) 9 horas e 59 minutos.
 (C) 10 horas e 11 minutos.
 (D) 10 horas e 37 minutos.
 (E) 10 horas e 45 minutos.

20. Uma pesquisa de mercado feita para avaliação de certo produto ouviu pessoas de 5 grupos distintos, previamente selecionados, cuja distribuição encontra-se representada no gráfico:



Do número total de pessoas ouvidas nessa pesquisa, sabe-se que a razão entre o número de mulheres e o número de homens era $\frac{3}{4}$, e que 15% dos homens ouvi-

dos fizeram parte do grupo E. O número de mulheres integrantes do grupo E era

- (A) 44.
 (B) 40.
 (C) 36.
 (D) 30.
 (E) 24.

R A S C U N H O

ATUALIDADES

21. Começa nesta quinta-feira (27) – manhã de sexta-feira (28) no horário local – o encontro da 14ª Cúpula do G20 em Osaka, no Japão. A cúpula vai reunir líderes das maiores economias do mundo, e deve ser marcada por discussões sobre conflitos comerciais globais.

(G1. <https://glo.bo/2pALpSH>. Publicado em 27.06.2019. Adaptado)

Entre tais conflitos, destaca(m)-se

- (A) os embates político-comerciais entre o Mercosul e a Venezuela.
- (B) a guerra comercial entre China e Estados Unidos.
- (C) os problemas relacionados aos produtos comerciais brasileiros no mercado europeu.
- (D) os conflitos que envolvem a disputa pelo petróleo na América do Sul.
- (E) os problemas ligados ao boicote à Coreia do Norte.

22. Ao final da sessão do Supremo desta quinta (7), o ministro que preside o Supremo Tribunal Federal (STF) desempatou o julgamento e afirmou que o Congresso pode fazer mudanças na legislação caso entenda que a prisão após condenação em segunda instância deva voltar a valer. Em seu voto, o referido ministro disse que estava seguindo a vontade do parlamento, que, na sua avaliação, determina que o condenado só pode ser preso depois de esgotados todos os recursos, e tribunais superiores.

(G1. <https://glo.bo/2NyExhL>. Publicado em 08.11.2019. Adaptado)

O presidente do Supremo Tribunal Federal é

- (A) Gilmar Mendes.
- (B) Edson Fachin.
- (C) Luiz Fux.
- (D) Dias Toffoli.
- (E) Marco Aurélio Mello.

23. O dia 10 de agosto de 2019 poderá ser classificado como um momento-chave na história recente da Amazônia. Hoje, ele já é conhecido pelo fato de que produtores rurais da região Norte do país teriam iniciado um movimento de ação conjunta. Essa suspeita está sendo investigada pela Polícia Federal (PF) e pelo Ministério Público Federal (MPF). Ontem, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, afirmou haver indícios de uma “ação orquestrada” para agir em pontos da floresta.

(Uol. <https://bit.ly/36Q3bSp>. Publicado em 27.08.2019. Adaptado)

O fato citado pelo texto ficou conhecido como

- (A) Dia do Agronegócio.
- (B) Dia do Fogo.
- (C) Dia da Pecuária.
- (D) Dia do Madeireiro.
- (E) Dia da Fronteira Agrícola.

24. O acordo de livre comércio eliminará as tarifas de importação para mais de 90% dos produtos comercializados entre os dois blocos. Para os produtos que não terão as tarifas eliminadas, serão aplicadas cotas preferenciais de importação com tarifas reduzidas. O processo de eliminação de tarifas varia de acordo com cada produto e deve levar até 15 anos contados a partir da entrada em vigor da parceria intercontinental.

(EBC. <https://bit.ly/2WZkZpX>. Publicado em 19.06.2019)

O referido acordo de livre comércio envolve o Mercosul e

- (A) o BRICS, que inclui Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.
- (B) a OMC – Organização Mundial do Comércio.
- (C) a U. E. – União Europeia.
- (D) a APEC – Cooperação Econômica Ásia-Pacífico.
- (E) a ALCA – Área de Livre Comércio das Américas.

25. O governo anunciou nesta quarta (30) que o país não será mais a sede do fórum da APEC (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico) e da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2019 (COP-25) devido à recente onda de protestos.

(Folha de S. Paulo. <https://bit.ly/33vP42G>. Publicado em 30.10.2019)

O país a que o texto se refere é

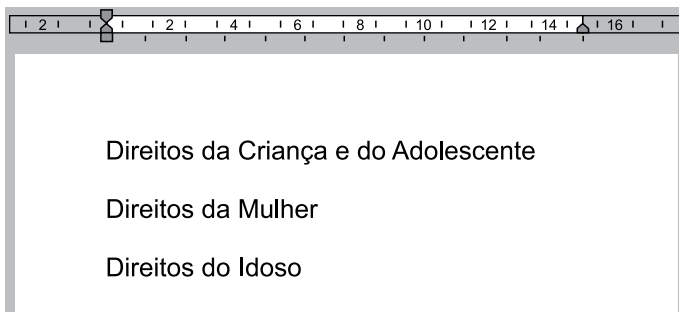
- (A) o Uruguai.
- (B) o México.
- (C) a Colômbia.
- (D) a Bolívia.
- (E) o Chile.

26. Assinale a alternativa que apresenta apenas extensões de arquivos reconhecidas por padrão, no MS-Windows 7, em sua configuração padrão, como arquivos de imagens.

- (A) bmp e pptx.
- (B) xlsx e docx.
- (C) txt e jpg.
- (D) jpg e png.
- (E) png e doc.

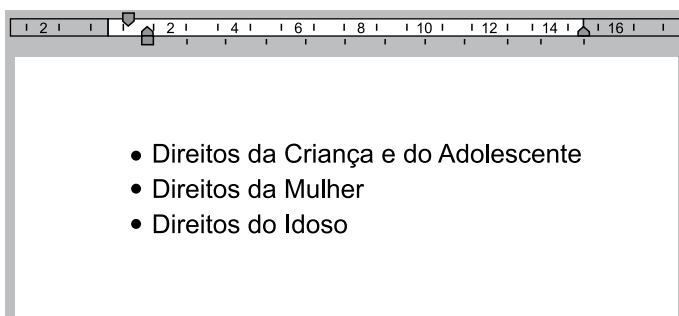
27. Um usuário, editando um documento por meio do MS-Word 2010, em sua configuração padrão, digitou alguns parágrafos, conforme visto na imagem ANTES.

ANTES



Em seguida, selecionou os parágrafos e acionou um recurso do MS-Word 2010, que deixou o documento conforme visto na imagem DEPOIS.

DEPOIS



O recurso utilizado pelo usuário foi

- (A) Numeração.
- (B) Espaçamento.
- (C) Marcadores.
- (D) Aumentar Recuo.
- (E) Diminuir Recuo.

28. Um assistente social preparou a planilha exibida a seguir por meio do MS-Excel 2010, em sua configuração padrão.

	A	B
1	Fator de Risco	Quantidade
2	Fator 1	10
3	Fator 2	2
4	Fator 3	5
5	Fator 4	14
6	Fator 5	9
7		

Após preencher a fórmula =CONT.SE(B2:B6;">10") na célula B7, o valor exibido será

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 14
- (D) 19
- (E) 40

29. Um usuário, preparando uma apresentação sobre os fatores de risco mais comuns, deseja adicionar um gráfico em um slide do MS-PowerPoint 2010, em sua configuração padrão, e utiliza o ícone apresentado a seguir.



Gráfico

Assinale a alternativa que apresenta, correta e respectivamente, o nome da guia e do grupo onde se localiza o ícone Gráfico, exibido na imagem.

- (A) Design; Gráfico.
- (B) Design; Ilustrações.
- (C) Inserir; Imagens.
- (D) Inserir; Gráfico.
- (E) Inserir; Ilustrações.

30. Assinale a alternativa que correlaciona corretamente um atalho por teclado no Google Chrome versão 78, em sua configuração padrão, com sua respectiva funcionalidade.

- (A) Ctrl + J: exibir o histórico de páginas acessadas.
- (B) Ctrl + T: abrir nova aba de navegação.
- (C) Ctrl + P: abrir nova aba de navegação.
- (D) Ctrl + N: imprimir página.
- (E) Ctrl + F: exibir o histórico de páginas acessadas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

31. “A incompatibilidade da prática enunciada na Súmula Vinculante 13 com o art. 37, *caput*, da CF/88 não decorre diretamente da existência de relação de parentesco entre a pessoa designada e o agente político ou servidor público ocupante de cargo em comissão ou de função comissionada, mas da presunção de que a escolha para ocupar cargo de direção, chefia ou assessoramento tenha sido direcionada a pessoa com relação de parentesco com alguém que tenha potencial de interferir no processo de seleção” (STF, 2ª Turma. ARE 896.762 AgR. Rel. Min. Dias Toffoli, j. 4.6.2018). Essa decisão do Supremo Tribunal Federal dá concretude
- (A) ao princípio do nepotismo na Administração Pública.
 - (B) aos princípios da moralidade e da impessoalidade.
 - (C) aos princípios da isonomia e da publicidade.
 - (D) ao princípio da disponibilidade dos bens públicos.
 - (E) ao princípio da independência dos poderes públicos.
32. O regime jurídico a que se submetem as empresas públicas e sociedades de economia mista, de acordo com a Constituição Federal, é
- (A) de direito público, abrangendo o dever de licitar e de contratar mediante concurso público.
 - (B) de direito público, estando dispensadas do dever de licitar e de contratar mediante concurso público.
 - (C) híbrido, sujeitando-se ao dever de licitar, mas dispensadas do dever de selecionar servidores mediante concurso público.
 - (D) de direito privado, apenas se forem exploradoras de atividade econômica, sujeitando-se ao dever de contratar servidores mediante concurso público.
 - (E) de direito privado, sujeitando-se ao dever de licitar conforme legislação específica.
33. A Constituição Federal determina que os padrões de vencimentos e demais componentes do sistema remuneratório dos servidores públicos devem observar, entre outros parâmetros,
- (A) a jornada de trabalho, as condições de prestação do serviço e o disposto em convenção coletiva.
 - (B) a complexidade dos cargos e empregos componentes de cada carreira, a jornada de trabalho e o grau de responsabilidade da função.
 - (C) a isonomia com as carreiras semelhantes nos demais poderes, os requisitos para investidura e a exclusividade da jornada de trabalho.
 - (D) a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira.
 - (E) os requisitos para investidura, a exclusividade da jornada de trabalho e a remuneração das carreiras paradigma no setor privado.
34. A revisão dos atos administrativos decorre do poder administrativo
- (A) sancionador.
 - (B) de autotutela.
 - (C) regulamentar.
 - (D) jurisdicional.
 - (E) normativo.
35. Sobre a atividade de controle interno da Administração Pública, assinale a alternativa correta.
- (A) Os procedimentos de auditoria devem ser realizados exclusivamente por servidores ocupantes de cargos públicos de carreira no Tribunal de Contas.
 - (B) Os papéis de trabalho ficam sob sigilo até que seja concluído o procedimento de auditoria, vedado o seu descarte em qualquer fase do procedimento.
 - (C) Os papéis de trabalho objetivam auxiliar os exames e a elaboração do relatório, devendo conter o registro do trabalho e as conclusões, de forma abrangente, objetiva, clara e limpa.
 - (D) Os papéis de trabalho constituem o suporte do trabalho do auditor, devendo conter o registro de todas as informações levantadas, independentemente de sua relevância para fundamentar os resultados da auditoria, com publicidade restrita.
 - (E) Os papéis de trabalho possuem a mesma função em todas as fases do procedimento de auditoria, sendo responsabilidade exclusiva do coordenador da equipe a elaboração desses documentos.
36. Com a receita obtida pela alienação onerosa de bem imóvel de sua propriedade, um Município pretende efetuar o pagamento de seus servidores ativos. De acordo com o ordenamento jurídico em vigor, o pagamento pretendido
- (A) não poderá ser realizado porque a Lei de Responsabilidade Fiscal veda a aplicação de receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente.
 - (B) não poderá ser realizado porque as despesas com pessoal, civil ou militar, ativo ou inativo, devem ser suportadas com orçamento de capital apenas se houver disposição legal expressa autorizativa.
 - (C) poderá ser realizado porque a vedação para custeio de despesa corrente com receita de capital não se estende, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, aos gastos com pessoal em atividade.
 - (D) poderá ser realizado somente se o Município realizar operação de crédito com outro ente da Federação, por intermédio de fundo específico, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.
 - (E) dependerá, para ser realizado validamente, de autorização expressa da Câmara de Vereadores, observado o limite de endividamento e das operações de crédito a que se refere a Lei de Responsabilidade Fiscal.

37. De acordo com a Constituição Federal, constitui matéria tributária reservada à lei a

- (A) possibilidade de cobrança de imposto no mesmo exercício em que haja sido publicado o decreto que o instituiu.
- (B) instituição de empréstimos compulsórios.
- (C) incidência de contribuições sociais sobre receitas decorrentes de exportação.
- (D) fixação de alíquotas mínimas do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.
- (E) fixação da data de recolhimento de impostos, taxas e contribuições de melhoria.

38. De acordo com a Constituição Federal, a transmissão de bens imóveis decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica constitui, em regra,

- (A) fato gerador do imposto de transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis – ITBI.
- (B) fato gerador do imposto sobre propriedade predial e territorial urbana – IPTU.
- (C) hipótese de incidência de imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS.
- (D) hipótese de imunidade tributária.
- (E) hipótese de isenção tributária.

39. A respeito da base de cálculo, assinale a alternativa de acordo com o previsto na Constituição Federal.

- (A) Taxas e contribuições sociais poderão ter base de cálculo própria de impostos.
- (B) A União poderá instituir impostos extraordinários, desde que sejam não cumulativos e não tenham base de cálculo própria de impostos estaduais ou municipais.
- (C) Cabe à lei complementar fixar a base de cálculo do imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISS, de modo que o montante do imposto a integre, também na importação do exterior.
- (D) A fixação da base de cálculo de todos os impostos estaduais e municipais deve observar o princípio da anterioridade.
- (E) Qualquer redução de base de cálculo só poderá ser concedida mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente a matéria ou o correspondente tributo.

40. O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de

- (A) impugnação do sujeito passivo, recurso de ofício ou iniciativa de ofício da autoridade administrativa, observadas as hipóteses legais.
- (B) decisão judicial, provisória ou definitiva, relativa a fato gerador ocorrido anteriormente à modificação do critério jurídico adotado pela autoridade administrativa.
- (C) aplicação, de ofício, de modificação de critério jurídico adotado pela autoridade administrativa no exercício do lançamento e em relação a um mesmo sujeito ativo, quanto a fato gerador ocorrido anteriormente à publicação da modificação.
- (D) homologação pelo Poder Judiciário de decisão administrativa definitiva proferida por órgão colegiado integrante da Fazenda Pública, em relação a um mesmo sujeito passivo.
- (E) decisão administrativa fundamentada e irrecurável, proferida pelo Chefe do Poder Executivo, em relação a fato gerador ocorrido anteriormente à impugnação do sujeito ativo.

41. Considera-se o crédito tributário

- (A) parcialmente suspenso, quando houver depósito judicial de parte de seu montante.
- (B) suspenso, quando houver compensação, transação ou consignação em pagamento do seu montante integral, até o trânsito em julgado da decisão administrativa que houver homologado o lançamento tributário.
- (C) extinto, pelo decurso do prazo de cinco anos contado da data da ocorrência do fato gerador, sem pronunciamento da Fazenda Pública, nos tributos sujeitos a lançamento por homologação, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.
- (D) extinto, por imputação de pagamento determinada pela Fazenda Pública, quando houver mais de um débito vencido do mesmo sujeito passivo, observada a ordem decrescente dos prazos de prescrição.
- (E) excluído, em razão de anistia ou isenção concedidas por despacho motivado da autoridade administrativa, em caráter amplo e irrestrito.

42. A empresa XYZ Logística Ltda. obteve, regularmente, autorização para utilizar terreno de propriedade do Estado, localizado em área urbana municipal. Desde julho de 2018, a empresa utiliza o espaço para desenvolver sua atividade econômica. Nessa hipótese, o município

- (A) deverá cobrar judicialmente o IPTU da empresa XYZ Logística Ltda., a partir de janeiro de 2018.
- (B) poderá cobrar IPTU da empresa XYZ Logística Ltda., a partir de janeiro de 2019.
- (C) encontra-se impedido de cobrar judicialmente IPTU, pois a propriedade pública do terreno caracteriza hipótese de prescrição da incidência tributária.
- (D) não poderá cobrar IPTU, pois o terreno goza de imunidade recíproca.
- (E) não poderá cobrar IPTU, pois o terreno público arrendado goza de isenção.

- 43.** De acordo com a Estrutura Conceitual da Contabilidade, a característica da informação contábil financeira útil denominada Comparabilidade
- (A) é considerada uma característica qualitativa fundamental, porque os principais usuários da contabilidade são os analistas do mercado de capitais.
 - (B) refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, tanto de um período para outro, considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para um único período entre entidades.
 - (C) é uma característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles e não significa necessariamente uniformidade.
 - (D) não é diminuída quanto maior a discricionariedade na escolha de métodos contábeis alternativos para o mesmo fenômeno econômico.
 - (E) ajuda a assegurar aos usuários que a informação representa fidedignamente o fenômeno econômico que se propõe representar.
- 44.** Sobre a escrituração contábil, as Normas Brasileiras de Contabilidade (ITG 2000 R1) estabelecem o seguinte:
- (A) As demonstrações contábeis devem ser transcritas no Livro Razão, completando-se com as assinaturas do titular ou de representante legal da entidade e do profissional da contabilidade legalmente habilitado.
 - (B) Os livros contábeis obrigatórios em forma digital devem revestir-se de formalidades extrínsecas, tais como serem autenticados no registro público ou entidade competente, quando exigível por legislação específica.
 - (C) Não se admite em hipótese alguma o uso de códigos e/ou abreviaturas nos históricos dos lançamentos.
 - (D) A escrituração contábil e a emissão de relatórios, peças, análises, demonstrativos e demonstrações contábeis são de atribuição e de responsabilidade exclusivas da entidade que contrata o profissional da contabilidade legalmente habilitado.
 - (E) A entidade que tiver unidade operacional ou de negócios, seja ela filial, agência, sucursal ou semelhante, é obrigada a optar por sistema de escrituração descentralizado e deve ter registros contábeis que permitam a identificação das transações de cada uma dessas unidades.
- 45.** Entre os livros contábeis obrigatórios, cuja escrituração é regulada pela ITG 2000 (R1), constam:
- (A) o Livro Diário e o Livro de Apuração do Imposto sobre Produtos Industrializados.
 - (B) o Livro Diário e o Livro de Registro de Ações Nominativas, para qualquer tipo de sociedade empresária.
 - (C) o Livro Caixa e o Livro de Registro de Inventário, quando a sociedade empresária opta por ser tributada pelo lucro presumido pelo regime de caixa.
 - (D) o Livro Diário e o Livro Razão.
 - (E) o Livro de Registro de Entradas e Saídas de Mercadorias tributadas pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e o respectivo Livro de Apuração.
- 46.** A Cia. Sul Americana de Tecidos adquiriu, em 01.05.2017, uma apólice de seguro contra incêndio para suas instalações comerciais, com vigência de três anos, pagando R\$ 900.000,00. Em consequência desse fato contábil,
- (A) será apropriada uma despesa de seguros de R\$ 100.000,00 no exercício de 2020.
 - (B) foi apropriada uma despesa de seguros de R\$ 300.000,00 no exercício de 2017.
 - (C) no valor do Passivo Circulante, correspondente ao Balanço Patrimonial de 31.12.2017, constavam R\$ 400.000,00 a título de despesas antecipadas.
 - (D) será apropriada uma despesa de seguros de R\$ 200.000,00, no exercício de 2019.
 - (E) no valor do Passivo Não Circulante, correspondente ao Balanço Patrimonial de 31.12.2018, constavam R\$ 300.000,00 a título de despesas antecipadas.
- 47.** A Cia. Órion adquiriu um equipamento industrial em 02.01.2015 à vista, colocando-o imediatamente em funcionamento. Para fins de depreciação, a vida útil do equipamento foi estimada em 10 anos e seu valor residual, em R\$ 50.000,00. No balanço patrimonial levantado em 31.12.2018, o valor contábil do bem (custo de aquisição menos a depreciação acumulada) era de R\$ 200.000,00. O custo de aquisição do equipamento em 02.01.2015, desprezando-se os centavos após a segunda casa decimal, correspondeu, em R\$, a:
- (A) 266.666,66.
 - (B) 300.000,00.
 - (C) 333.333,33.
 - (D) 350.000,00.
 - (E) 383.333,33.
- 48.** O valor do Patrimônio Líquido de uma companhia não se modifica quando
- (A) é contabilizada a proposta de dividendos obrigatórios no final do exercício.
 - (B) os valores do Ativo e do Passivo são duplicados de um exercício para o outro.
 - (C) é efetuado um aumento de capital que é integralizado em numerário.
 - (D) se registram os juros rendidos por uma aplicação financeira pelo regime de competência.
 - (E) a sociedade vende mercadorias cuja receita líquida de vendas é igual ao custo das mercadorias vendidas.

Utilize as informações do Balancete de Verificação a seguir, relativo ao exercício encerrado em 31.12.2018, para responder as questões de números 49 a 51.

Contas	Saldos Devedores	Saldos Credores
Disponível	R\$ 160.000,00	
Recebíveis (CP)	R\$ 110.000,00	
Perdas Estimadas em Recebíveis		R\$ 30.000,00
Estoques	R\$ 83.000,00	
Despesas do Exercício Seguinte	R\$ 40.000,00	
Fornecedores (CP)		R\$ 115.000,00
Impostos a Recolher (CP)		R\$ 76.500,00
Empréstimos a Longo Prazo		R\$ 140.000,00
Empréstimos a Coligadas	R\$ 50.000,00	
Participação Societária – Cia. B	R\$ 100.000,00	
Participação Societária – Cia. C	R\$ 80.000,00	
Capital		R\$ 220.000,00
Impostos a Recuperar (CP)	R\$ 8.200,00	
Imobilizado	R\$ 200.000,00	
Ativo Intangível	R\$ 150.000,00	
CSLL a Recolher		R\$ 11.500,00
IRPJ a Recolher		R\$ 19.200,00
Depreciação Acumulada		R\$ 72.000,00
Reservas de Capital		R\$ 55.000,00
Reservas de Lucro		R\$ 95.000,00
Lucro Líquido do Exercício		R\$ 147.000,00
TOTAL	R\$ 981.200,00	R\$ 981.200,00

Notas:

I. A sigla CP significa Curto Prazo.

II. As Participações Societárias em A e em C foram adquiridas com intenção de permanência.

49. O valor do Ativo Circulante correspondeu, em R\$, a:

- (A) 401.200,00.
- (B) 363.000,00.
- (C) 371.200,00.
- (D) 331.200,00.
- (E) 323.000,00.

50. O valor total do Passivo (Circulante + Não Circulante) equivaleu, em R\$, a:

- (A) 222.200,00.
- (B) 292.200,00.
- (C) 342.200,00.
- (D) 362.200,00.
- (E) 392.200,00.

51. Na Demonstração de Resultado do Exercício, o valor do lucro da entidade, antes dos tributos sobre a Renda, foi, em R\$, igual a:

- (A) 177.700,00.
- (B) 162.350,00
- (C) 147.000,00.
- (D) 116.300,00.
- (E) 116.000,00.

52. É uma atividade que consome recursos do Caixa e Equivalentes Caixa, que é classificada como fluxo de caixa de financiamentos na Demonstração dos Fluxos de Caixa:

- (A) pagamentos em caixa a investidores para adquirir ou resgatar ações da entidade.
- (B) pagamentos em caixa para aquisição de ativo imobilizado, intangíveis e outros ativos de longo prazo.
- (C) pagamentos em caixa para aquisição de instrumentos patrimoniais ou instrumentos de dívida de outras entidades (exceto aqueles pagamentos referentes a títulos considerados como equivalentes de caixa ou aqueles mantidos para negociação imediata ou futura).
- (D) adiantamentos em caixa e empréstimos feitos a terceiros por instituições não financeiras.
- (E) doações efetuadas pelo Governo a título de subvenções econômicas de custeio da entidade.

ORÇAMENTO PÚBLICO

53. Em relação aos orçamentos elaborados pelos entes públicos, a Constituição Federal de 1988 dispõe que

- (A) o Poder Executivo publicará, até noventa dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
- (B) o projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- (C) a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas, mesmo que excedam os créditos orçamentários ou adicionais, podem ser feitas, desde que autorizadas pelo Poder Judiciário.
- (D) a abertura de crédito suplementar ou especial poderá ser feita sem prévia autorização legislativa, desde que indicados os recursos correspondentes para financiá-los.
- (E) a lei das diretrizes orçamentárias estabelecerá, de forma regionalizada, os objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

54. O Princípio Orçamentário da Especificação ou da Discriminação, constante do art. 5º da Lei nº 4.320/1964, estatui que

- (A) todas as receitas e despesas devem constar do Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.
- (B) é proibida a vinculação de receita orçamentária a órgão, fundo ou despesa, salvo por expressa disposição constitucional ou projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional por pelo menos 2/3 dos votos desse colegiado.
- (C) o Orçamento não deve conter dotações globais destinadas a atender diversas despesas de natureza diferente, exceto os programas especiais de trabalho previstos no art. 20 da Lei nº 4.320/1964.
- (D) o exercício financeiro deve coincidir com o ano civil.
- (E) a lei orçamentária anual não deve conter dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação de despesa.

55. A receita pública

- (A) efetiva decorre de fatos contábeis modificativos e provoca aumento do patrimônio líquido do ente público como, por exemplo, as receitas tributárias.
- (B) de caráter orçamentário é constituída por ingressos pertencentes a terceiros que estão sujeitos à devolução e que fazem parte do passivo financeiro do ente público.
- (C) originária é constituída pelos ingressos provenientes do poder que o Estado tem de exigir uma prestação pecuniária sobre o patrimônio, a renda e o lucro dos cidadãos.
- (D) classificada como receita de capital tem por objetivo principal financiar as despesas de custeio dos entes públicos.
- (E) derivada decorre da utilização ou exploração do patrimônio público, por meio da prestação de serviços a terceiros ou de outras rendas arrecadadas espontaneamente.

56. É correto afirmar que o empenho da despesa pública

- (A) é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga.
- (B) pode ser dispensado no caso de adiantamento de recursos ao servidor, para financiamento de despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.
- (C) consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- (D) pode ser efetuado de forma global, no caso de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.
- (E) não poderá exceder o limite dos créditos concedidos, sem qualquer exceção.

- 57.** No momento do empenho do décimo terceiro salário a ser pago ao servidor público, assinala, entre as alternativas a seguir, qual é um dos lançamentos a ser feito e o respectivo sistema:
- (A) Natureza da informação: orçamentária
D Crédito Empenhado em Liquidação
C Crédito Empenhado Liquidado a Pagar.
 - (B) Natureza da informação: controle
D DDR Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias
C DDR Utilizada.
 - (C) Natureza da informação: controle
D DDR Comprometida por Empenho
C DDR Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias.
 - (D) Natureza da informação: patrimonial
D Remuneração a Pessoal
C Pessoal a Pagar – 13º Salário (P).
 - (E) Natureza da informação: patrimonial
D Pessoal a Pagar – 13º Salário (P)
C Pessoal a Pagar – 13º Salário (F).
- 58.** A modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação, é denominada
- (A) Convite.
 - (B) Pregão.
 - (C) Concorrência.
 - (D) Tomada de Preços.
 - (E) Leilão pelo melhor preço.
- 59.** O recebimento da cota que lhe cabe no Fundo de Participação dos Municípios, não sujeita ao redutor financeiro previsto na Lei Complementar nº 91/1997, é registrado no sistema orçamentário do município por meio do seguinte lançamento:
- (A) D Receita a Realizar
C Receita Realizada.
 - (B) D Controle da Disponibilidade de Recursos
C Disponibilidade por Destinação de Recursos.
 - (C) D Caixa e Equivalentes Caixa
C Transferências Intergovernamentais.
 - (D) D Receita a Realizar
C Transferências intergovenamentais.
 - (E) D Caixa e Equivalentes Caixa
C Receita Realizada.
- 60.** É exemplo de despesa extraorçamentária:
- (A) Restos a pagar não processados.
 - (B) Aquisição de material de consumo.
 - (C) Subvenções sociais para custeio de instituições de benemerência.
 - (D) Despesas de Exercícios Anteriores.
 - (E) Devolução de cauções em dinheiro.

